

21º Exame de Ordem - 2ª fase - 2003

Direito Administrativo

1. Em virtude de inspeção externa determinada pelo Tribunal de Contas, o chefe do Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município X, localizado no Estado Y, solicitou ao Secretário de Administração orientações sobre como agir nos casos de registro de aposentadorias de servidores ocupantes de cargos efetivos. Foi, então, a questão submetida a você, que deverá exarar parecer analisando os seguintes temas: a) natureza jurídica da atuação do Tribunal de Contas; b) qual Tribunal de Contas seria competente, sabendo que o Estado Y não instituiu Conselho Estadual de Contas de Municípios; c) obrigatoriedade de submissão a registro de tais atos e eventual existência de exceções, apontando os dispositivos constitucionais ou legais pertinentes; d) possibilidade de impugnação judicial da decisão.

Advogado: Bruno Gili

OAB/RJ nº 1.000

2. *As questões que seguem, valendo 1 (um) ponto cada, devem ser respondidas objetivamente, com base na legislação aplicável e, eventualmente, na jurisprudência, dispensados subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitado, para permitir aferição de domínio, com precisão e concisão vernaculares, de conhecimento do direito aplicável à área administrativa.*

Um servidor público, ocupante de cargo efetivo na administração direta, autárquica ou fundacional, eleito Senador, Prefeito ou Vereador pode continuar percebendo sua remuneração? Fundamente a resposta.

3. Duas sentenças condenatórias de pagamento de quantia certa, exaradas contra Fazenda Pública Municipal, transitaram em julgado. Uma determinava o pagamento de elevadíssimo montante e a outra, ínfima quantia. Como se dará a execução de tais decisões jurisdicionais transitadas em julgado? Fundamente a resposta.

4. É sempre necessária a edição de lei municipal que autorize e fixe os respectivos termos para que um Município faça concessão de um serviço público? Fundamente a resposta.

5. No caso do gás natural, a propriedade e a competência para sua distribuição local são titularizadas por quem?

6. Distinga Poder Hierárquico de Poder Disciplinar, verificando se um órgão dotado do primeiro é sempre titular do segundo.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Civil

1. Você, como advogado, é processado pela Financeira S.A., empresa de empréstimos destinada a financiamentos de automóveis, que lhe expõe o seguinte problema: Ronildo da Silva, ao adquirir um automóvel 0km da marca XYZ, o fez através de financiamento total do preço através da empresa, em 24 parcelas de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma.

Após pagas as três primeiras, Ronildo não mais quitou nem a quarta parcela vencida em 05/04/2003, nem as subsequentes.

O financiamento tem cláusula instituindo a garantia real de alienação fiduciária em favor da empresa, que deseja exercer os direitos decorrentes

de tal garantia, já tendo realizado a notificação do devedor por cartório de títulos e documentos.

Redija a peça processual cabível.

Advogado: Bruno Gili - OAB/RJ 1.000

2. Um testador, ao fazer um legado de três imóveis, impõe ao legatário a tarefa de erguer-lhe um mausoléu. O legatário, decorrido já cinco anos da morte do testador, não cumpriu a tarefa. Estabeleça se os herdeiros do testador podem desfazer a liberalidade fundados no incumprimento do legado.

3. Um náufrago, perdido em alto-mar, em uma balsa, em situação desesperadora, a quase míngua de víveres e água, contrata o seu resgate com um comandante de navio de transporte de combustível que passava providencialmente no local nessa ocasião, sob a promessa de transferir-lhe a propriedade de vultuoso apartamento, metade de seu patrimônio. O comandante assim o faz, mesmo sabendo da proibição peremptória de estranhos a bordo por parte da companhia proprietária do navio, que terá que pagar pesada multa contratual pessoal pelo descumprimento de tal regra e do fato que o resgate, efetuado em condições arriscadas, atrasará a viagem em pelo menos um dia, acarretando diversos prejuízos a seu encargo.

Chegando são e salvo ao porto, o náufrago posteriormente recusa-se a cumprir o pactuado no resgate, sob o argumento de que o contrato efetuado em tais condições não é válido e que conseqüentemente também não é devida ao comandante do navio qualquer indenização pelos gastos incorridos com o resgate. Estabeleça se o comandante do navio terá êxito judicial em uma eventual ação contra o náufrago objetivando o cumprimento do contrato e o ressarcimento dos gastos efetuados.

4. Conceitue lesão e usura, e estabeleça a diferença entre estes institutos jurídicos no direito brasileiro.

5. Disserte sobre o instituto da responsabilidade civil pós-contratual, após cumpridas todas as prestações principais da avença, e estabeleça a validade ou não desta no ordenamento brasileiro a partir da aprovação do Novo Código Civil.

6. João e Pedro celebram a compra e venda de um fundo de comércio por R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) descrevendo condicionalmente no instrumento contratual que a aquisição teve por motivo determinante a perspectiva de boa e numerosa freguesia, garantida e apontada pelo vendedor Pedro no próprio contrato.

Decorridos seis meses, não se caracteriza tal perspectiva. João intenta agora anular o negócio. Estabeleça qual o fundamento de tal pretensão e discorra sobre se terá êxito judicial ou não a pretensão de João.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Penal

1. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia contra Romildo da Silva, imputando-lhe o cometimento do delito definido no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal. Ressalte-se que o denunciado foi preso em flagrante delito, tendo sido a prisão cautelar mantida pelo Juiz de Direito, quando do recebimento da denúncia.

Em razão da manutenção da custódia, o advogado de Romildo formulou pedido de liberdade provisória ao Juízo competente, demonstrando a inexistência dos pressupostos autorizadores do decreto da medida excepcional, sendo que o magistrado limitou-se a afirmar que indeferia a pretensão defensiva da liberdade, por estarem presentes os pressupostos autorizadores da prisão.

Como advogado de Romildo, redija a peça processual adequada aos fatos acima descritos.

2. A cidade de Campos foi atingida por violenta tempestade, que se prolongou por vários dias, em consequência do que o seu Prefeito resolveu decretar estado de calamidade pública. Por essa razão, os moradores da cidade, por livre iniciativa, resolveram mobilizar-se para arrecadar donativos a serem distribuídos aos flagelados. Raldênio foi indicado pelos moradores para ficar como responsável pela guarda dos donativos. Entretanto, Raldênio resolve desviar vários dos donativos recebidos, vendendo-os para terceiros. Analisar se houve conduta ilícita e, em caso positivo, qual o enquadramento penal para o comportamento de Raldênio?

3. Antonio, professor conceituado, certa noite, ao chegar em casa, depara-se com Alfredo, que a havia invadido com a finalidade de furtar bens móveis. Alfredo, tão logo vê Antonio, efetua vários disparos na direção do mesmo, tendo este também sacado de sua arma e efetivado dois disparos em Alfredo, que o atingem mortalmente. Antonio, por orientação de seu advogado, preparava-se para deixar o local, de modo a que não fosse preso em flagrante. Entretanto, antes que Antonio saísse de casa, chegou à mesma Delegado de Polícia para atender a ocorrência. O Delegado, depois de ouvir a versão acerca dos fatos, deixou de efetivar a prisão de Antonio, por entender que ele agiu em legítima defesa e, por isso, não seria justo prendê-lo em flagrante.

Indaga-se: agiu o Delegado em conformidade com a lei ou a sua conduta violou alguma norma penal? Caso entenda que o Delegado cometeu delito, qual, justificando devidamente a resposta.

4. De há muito a Polícia vinha realizando diligências a fim de apurar o derrame de euros falsos no mercado. Certo dia, autoridades policiais comparecem à gráfica de propriedade de Porfírio e, após a realização de busca, deparam-se com impressora, papel próprio para a impressão, tinta e clichê de cédulas falsas de 50 Euros. A conduta de Porfírio é merecedora de resposta penal? Em caso positivo, qual será o enquadramento correto?

5. Em razão de grave acidente, Sinfrônio vem a ser internado na Casa de Saúde Santa Matilde, ficando sob os cuidados dos Drs. Ronald e Benedito. Após vários dias de internação, Sinfrônio mostra-se recuperado, recebendo alta médica. Entretanto, como não dispusesse de plano de saúde e nem de numerário para o pronto pagamento dos facultativos, estes, sem necessidade, retiveram Sinfrônio por alguns dias, a fim de receberem seus honorários médicos. Houve a prática de ilicitude por parte dos médicos? Em caso positivo, qual o crime por eles praticado?

6. José e Afonso são amigos desde a infância, sendo que José, como funcionário público, exerce sua função em repartição de obras, autorizando ou negando licença para a realização das mesmas. Certa feita, Afonso formulou requerimento para legalizar construção que estava realizando em sua residência, cuja decisão era da competência de José. Após ter José decidido, de forma favorável, o requerimento de Afonso, este resolve entregar-lhe valioso presente que, de pronto, o aceitou. Pergunta-se: a conduta de José e Afonso é merecedora de juízo de reprovação? Em caso positivo, qual?

Direito Trabalhista

1. Firmino da Silva, lavrador que estava empregado em Ribeirão Preto, São Paulo, recebeu proposta, por escrito, do proprietário da Fazenda Cruz Azul, localizada no Município de Vassouras, Rio de Janeiro, para que em 15 dias iniciasse suas atividades como empregado da referida fazenda.

No convite aceito pelo trabalhador, este poderia levar toda a sua família, recebendo moradia paga pelo futuro empregador.

O dono da fazenda, João Dinarte ajustou com o trabalhador ainda o salário de R\$ 600,00, por mês, equivalente ao dobro do atual salário do lavrador, acrescido de comissões no valor de 20% sobre o faturamento da colheita efetivamente feita por Firmino.

No dia apazado, isto é, 06/05/2003, o trabalhador aportou na Fazenda Cruz Azul e ao ser recebido pelo capataz Gumercindo da Luz, iniciou o seu trabalho de preparo do terreno para plantação de café e outros produtos adequados ao terreno daquela localidade. Tratou dos animais da fazenda e fez a limpeza do estábulo, tudo sob a supervisão e fiscalização de Gumercindo.

Em 13/06/03, o proprietário da fazenda chegou de uma viagem que fizera e ao ver Firmino da Silva trabalhando no local, informou ao lavrador que havia mudado de idéia quanto à sua contratação, declarando que ele se precipitou ao iniciar o seu serviço na fazenda e que o capataz Gumercindo não tinha poderes escritos (procuração), para contratar ninguém. Ato contínuo exigiu que Firmino se retirasse da fazenda declarando que nada lhe era devido porque o contrato não se efetivou e que ali quem decidia "o que era de direito de cada um era ele!"

Ao ser indagado por Firmino sobre o fato dele ter pedido demissão de seu antigo emprego para trabalhar na Fazenda Cruz Azul e o prejuízo que sofreu, inclusive o valor da passagem de ônibus dele e dos outros 3 membros de sua família, o proprietário da Fazenda Cruz Azul declarou ter "mudado de idéia e que não iria mais custear as aludidas despesas" que montavam em R\$ 50,00 por pessoa.

Redija a ação cabível com fundamentação robusta de cada pedido a ser feito.

Advogado: Délio Lima OAB/RJ: 0001

2. Um empregado há 4 meses não recebe salários, diárias para viagens e outros adicionais remuneratórios de seu contrato de trabalho.

Desgostoso com a situação, o empregado não deseja mais continuar com seu pacto laboral.

Responda fundamentadamente qual é a melhor alternativa para o empregado extinguir o seu contrato de trabalho.

3. Um empregado foi preso em flagrante, porque vendeu um folhado de camarão que estava totalmente deteriorado a um professor universitário que percebeu imediatamente o fato.

Sendo avisado pelo cliente o empregador demitiu o empregado por justa causa que também respondeu a um processo na Justiça Criminal. O trabalhador ajuizou reclamação trabalhista tentando converter a demissão por justa causa em demissão sem justa causa. No processo penal o ex-empregado foi absolvido por não existir prova para a condenação, especialmente pelo fato de o folhado ter sido jogado fora antes de qualquer perícia e, portanto, não foi o mesmo periciado. Além disso, ficou evidenciado que o trabalhador não era cozinheiro e não conseguia distinguir folhados deteriorados.

Fundamentando a resposta, avalie se procede a alegada falta grave aplicada pelo ex-empregador.

4. Quando é adotado o princípio da culpabilidade em sentido lato no poder disciplinar do empregador? Responda fundamentadamente o indagado.

5. Uma empresa com 500 empregados, em recente movimento paredista, recebeu dentre as suas reivindicações a de que a empresa reconhecesse como legítima e legal a presença de um de seus empregados eleito em pleito específico como representante do grupo para

promover o entendimento direto com o empresário buscando soluções específicas à realidade da empresa. O empregador não aceitando a representatividade profissional sustentou que os trabalhadores já tinham a entidade sindical promovendo a solução dos conflitos coletivos de trabalho e que por falta de dispositivo legal próprio não reconhecia nem aceitava a pretensão de seus empregados. Analise a questão e de forma fundamentada comente a situação.

6. Quais os pressupostos indispensáveis ao ajuizamento dos dissídios coletivos?

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Comercial

1. Na Companhia Altavista - Construtora e Incorporadora, reuniu-se a Assembléia Geral Extraordinária às 14h do dia 22 de janeiro de 2003, tendo sido convocada para deliberar sobre a seguinte. Ordem do Dia: "Exame, discussão e deliberação acerca da Denúncia do Conselho Fiscal nº 02/2002, versando sobre atos e fatos recentes". Instalada a Assembléia nos termos da lei, os acionistas, após examinarem os termos da Denúncia do Conselho Fiscal nº 02/2002 e outros documentos, por maioria deliberaram destituir imediatamente dois Membros do Conselho de Administração. Encerrada a Assembléia, o Diretor-Presidente da Companhia na mesma tarde lhe telefona e pede seu parecer jurídico sobre quais providências devem ser em seguida adotadas, inclusive perguntando-lhe se é de fato necessário ou urgente preencher essas duas vagas surgidas no Conselho de Administração.

Responda à consulta por meio de uma carta-parecer, sabendo-se que: (a) os Membros destituídos haviam sido eleitos pelo sistema de voto múltiplo; (b) os fatos pelos quais foram destituídos causaram alto prejuízo à empresa e envolviam ilícito penal; (c) o Conselho de Administração é estatutariamente composto de onze membros; (d) a companhia é aberta.

Advogado: Bruno Gili OAB/RJ nº. 1.000

2. Discorra fundamentadamente sobre as distinções entre a falência e a liquidação extrajudicial.

3. Pode-se dizer que o direito de voto seja um dos direitos essenciais do acionista?

4. Quais as hipóteses em que a fase cognitiva do processo falimentar deve observar o rito sumário?

5. Discorra sobre o contrato de leasing.

6. Pode-se dizer que o exercício do ofício de Leiloeiro Público dá a seu titular fé pública? Esclareça e justifique sua resposta.

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.

Direito Tributário

1. Antônio da Silva, sócio-gerente e titular de quotas representativas de 90% (noventa por cento) do capital social da sociedade Silva Comércio de Roupas Ltda., cedeu as quotas que possuía na sociedade a José Bezerra, mediante alteração contratual de 10/06/2002, registrada na Junta Comercial em 05/07/2002.

Na data da alteração do contrato social, a sociedade tinha diversas dívidas tributárias, incluindo dívidas relativas à falta de recolhimento de imposto de renda retido na fonte e ICMS.

No instrumento de alteração contratual foi estipulado que todas as dívidas da sociedade vencidas até a data da alteração contratual são de responsabilidade do cedente, respondendo a sociedade e o cessionário, apenas, pelas dívidas vencidas a partir de 11/06/2002.

Além disso, diante das dificuldades enfrentadas no negócio, também não foram recolhidos: (1) o ICMS vencido a partir 11/06/2002; e (2) o imposto de renda retido na fonte a partir de 11/06/2002.

Preocupado com a situação, porque até a presente data o cedente não pagou as dívidas tributárias, a sociedade e o cessionário, pedem um parecer a respeito dos seguintes pontos:

- a) Podem o Estado e a União ingressar com execução fiscal contra sociedade, mesmo diante do que foi estipulado no instrumento de alteração contratual devidamente registrado na Junta Comercial?
- b) Podem o concessionário e atual sócio-gerente ser responsabilizados pelas dívidas da sociedade relativas ao ICMS e ao imposto de renda retido na fonte, vencidos até 10/06/2002?
- c) Em relação aos impostos vencidos até 10/06/2002, podem o cessionário e atual sócio-gerente ser responsabilizados pessoalmente?

Pede-se ao candidato que elabore o parecer. Assine: Maria Maura Moura, OAB/RJ nº 1.000.

2. Disserte objetivamente sobre os princípios da anterioridade e da legalidade.

3. Pode uma lei estadual estabelecer uma hipótese de incidência do ICMS que não está prevista na Lei Complementar nº 87, de 1996?

4. Uma empresa que tem sede e estabelecimento em Duque de Caxias assinou um contrato de prestação de serviços de consultoria econômica. A empresa de consultoria contratada está estabelecida no Município do Rio de Janeiro. Qual é o Município competente para cobrar o ISS sobre tais serviços?

5. A imunidade recíproca abrange as empresas públicas?

6. Quais as diferenças entre taxa e tarifa?

FUNDAMENTE TODAS AS RESPOSTAS.